

## Paper do NAEA Volume 29

# A sustentabilidade na cadeia produtiva de óleo de palma no Brasil: o caso da Agropalma

Susane C. G. Ferreira<sup>1</sup>  
Claudia Azevedo-Ramos<sup>2</sup>



### RESUMO

A tendência global de buscar produções mais sustentáveis chegou à cadeia de palma de óleo (ou dendê), apontada como um dos motores de desmatamento nos trópicos. A “Round Table on Sustainable Palm Oil” - RSPO tem proposto padrões de sustentabilidade, seguindo uma tendência de mercado. Outros selos de qualidade também emprestam credibilidade às empresas. O grupo Agropalma é um relevante player do óleo de palma no Brasil e, portanto, de grande visibilidade. O presente estudo revisou os compromissos de sustentabilidade declarados pela Agropalma, sua inserção no sistema de certificações e como estudos recentes avaliam sua performance socioambiental. A Agropalma tem demonstrado interesse na melhoria de sua performance comprovado pela conquista de 12 selos de qualidade e certificação de acordo com os padrões RSPO. No entanto, a sustentabilidade socioambiental de sua atividade produtiva tem sido criticada por diversos estudos, em especial quanto a sua relação com pequenos agricultores (e.g., assimetria nos contratos, concentração de terras e endividamento do agricultor). A sustentabilidade da cadeia do dendê interessa a diferentes *stakeholders*. Dessa forma, a melhoria dos padrões de sustentabilidade na produção do dendê dependerá de críticas construtivas por parte dos pesquisadores, ações efetivas por parte da empresa e um aperfeiçoamento dos processos de monitoramento pelos órgãos certificadores para que haja um fortalecimento dos processos de certificação da cadeia da palma.

**Palavras-Chave:** Agropalma. Certificação. Palma. Sustentabilidade.

1 E Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA. Universidade Federal do Pará. 66075-110 Belém, Pará, Brasil. susane\_cristini@hotmail.com.

2 Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA. Universidade Federal do Pará. 66075-110 Belém, Pará, Brasil. claudia.azevedoramos@gmail.com.

## **ABSTRACT**

The global trend of pursuing more sustainable production has reached the oil palm chain (or oil palm), identified as one of the drivers of deforestation in the tropics. The Round Table on Sustainable Palm Oil - RSPO has proposed sustainability standards, following a market trend. Other quality stamps also lend credibility to companies. The Agropalma group is a relevant player of palm oil in Brazil and, therefore, of great visibility. The present study reviewed the sustainability commitments declared by Agropalma, its inclusion in the certification system and how recent studies evaluate its social and environmental performance. Agropalma has shown interest in improving its performance proven by the achievement of 12 quality seals and certification according to RSPO standards. However, the socioenvironmental sustainability of its productive activity has been criticized by several studies, especially its relationship with small farmers (eg, asymmetry in contracts, concentration of land and indebtedness of the farmer). The sustainability of the palm chain is of interest to different stakeholders. Therefore, the improvement of sustainability standards in palm oil production will depend on constructive criticism on the part of the researchers, effective actions by the company and an improvement of the processes of monitoring by the certification bodies so that there is a strengthening of the certification processes of the chain palm.

**Keywords:** Agropalma. Certification. Palm oil. Sustainability.

## INTRODUÇÃO

Perante as várias formas de entendimento de sustentabilidade, o conceito geral de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório de Brundtland baseado em um desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.46) tornou-se quase universal, mesmo com críticas sobre as suas diversas interpretações (DUARTE; MALHEIROS, 2014; DIAS 2017). Não ao acaso, avaliar sustentabilidade tornou-se um desafio.

O fato relevante é que tais discussões sobre uma nova visão de desenvolvimento fizeram aumentar a consciência ambiental em todo o mundo, consolidando um novo tipo de consumidor preocupado com o seu consumo e, conseqüentemente, com o desempenho socioambiental das empresas. Esta preocupação se desdobra em pressões em prol da qualidade da gestão empresarial e se torna, gradativamente, um novo paradigma de consumo. Este induz as empresas a adotar uma nova forma de produzir e de abordar o marketing, de um ponto de vista ecológico, em que o cliente não é o único público-alvo, embora continue sendo o mais importante (DIAS, 2017; SEIFFERT, 2017). Aqui, destaca-se o papel de “outros públicos”, visto que podem limitar a liberdade de atuação de uma organização: os grupos ambientais, os fornecedores, os distribuidores, o governo, a comunidade mais próxima de produção etc. (DIAS, 2017; MACHADO; OLIVEIRA, 2009).

Seguindo a tendência de um consumo mais ambientalmente responsável, as cadeias de produtos sustentáveis visam fornecer produtos que combinem valor ecológico com valor social e econômico (SEURING; MÜLLER, 2008). Neste sentido, há uma crescente demanda global por biocombustíveis, uma energia renovável, que de certa forma replica as relações de longa data entre os consumidores no Norte Global e as terras e mão de obra do Sul Global (SELFA et al., 2015).

No entanto, esses valores não são dados de forma independente, nem definidos de forma objetiva (BOONS; MENDONZA, 2010). Em vez disso, as definições de sustentabilidade são o resultado dos atores envolvidos, que definem os critérios sobre e quais são os impactos ecológicos relevantes a serem considerados, quais as questões sociais precisam ser abordadas e de que forma o valor econômico deve ser medido (KOPONEN, 2009; BOONS; MENDONZA, 2010).

A produção de palma de óleo (*Elaeis guineensis*), também conhecida popularmente como dendê no Brasil, transformou paisagens tropicais e causou extensos desmatamentos de florestas, principalmente no Sudeste Asiático (HENDERS et al., 2015). A fim de estimular a produção de biocombustível, mas sem os passivos ambientais já vivenciados na Ásia, o governo brasileiro decidiu lançar o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PPSPO), que limitou o plantio a áreas degradadas e incentiva a inclusão de agricultores familiares na cadeia. O objetivo é gerar desenvolvimento rural de uma forma sustentável (ANDRADE; MICCOLIS, 2011).

A ausência de regulação intergovernamental multilateral para a *commodity* dendê fortalece a contribuição de instituições que possuem influência na sua cadeia de valor global, perpassando, portanto, a abrangência de governos nacionais. As intervenções por parte de organizações não governamentais (ONGs) e empresas privadas formam um potente *soft power* (OOSTERVEER, 2014).

A ONG World Wildlife Fund (WWF) em cooperação com empresas multinacionais, por exemplo, deu início à discussão de padrões mínimos que deveriam ser internalizados pelas cadeias de valor em todos os países produtores de dendê (VEIGA; RODRIGUES, 2016), originando a criação do arranjo transnacional privado denominado Round Table on Sustainable Palm Oil - RSPO em 2004.

A RSPO é uma associação voluntária que reúne diferentes partes interessadas (privadas), como investidores, empresas de processamento, produtores, ONGs ambientais e de desenvolvimento social, além de bancos para promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental na produção e uso de óleo de palma em todo o mundo (OOSTERVEER, 2014; SCHOUTEN; GLASBERGEN, 2012).

Essas partes interessadas desenvolveram os princípios e critérios para a produção sustentável de óleo de palma, um processo de verificação e certificação e mecanismos de rastreabilidade da cadeia de suprimentos e créditos negociáveis, que servem como forma de melhorar a legitimidade do óleo de palma (BOONS; MENDONZA, 2010; SCHOUTEN; GLASBERGEN, 2012). Atualmente, há 80 produtores certificados de acordo com os Princípios e Critérios da RSPO, com um total de área certificada de 3.286.406 hectares e 11.562.071 toneladas de produção certificada<sup>3</sup>.

São oito os Princípios e Critérios (RSPO, 2013): 1) compromisso com a transparência; 2) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; 3) compromisso com a viabilidade econômica e financeira a longo prazo; 4) uso de melhores práticas apropriadas por produtores e usinas; 5) responsabilidade ambiental e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade; 6) Responsabilidade pelos empregados, pessoas e comunidades afetadas por produtores e usinas; 7) desenvolvimento responsável de novas plantações; e 8) compromisso com a melhoria contínua em áreas-chave da atividade.

Assim, a RSPO tornou-se um nó central da rede global de abastecimento de óleo de palma, conectando fluxos de informação entre os *multistakeholder*; planejando o "óleo de palma sustentável" e os papéis necessários de diferentes atores (OOSTERVEER, 2014) que estão presentes em sua estrutura de governança e nos processos de tomada de decisão através de representação no Conselho Executivo e na Assembleia Geral. A Assembleia Geral é o órgão mais alto de decisão (SCHOUTEN; GLASBERGEN, 2012; VEIGA; RODRIGUES, 2016), na qual os debates e negociações são influenciados por membros que usam o seu poder econômico ou opinião pública e vínculos com outras redes como soft power (NIKOLYUK et al., 2010; OOSTERVEER, 2014).

A RSPO tem problemas de legitimidade provenientes da missão de alinhar diferentes pontos de vista sobre o desenvolvimento sustentável, a fim de chegar a um acordo sobre a forma como a indústria se governará (SCHOUTEN; GLASBERGEN, 2012). Dessa forma, a organização vem sendo alvo de muitas críticas na promoção da sustentabilidade (MCCARTHY et al., 2012, PYE, 2016). Entre elas, destaca-se o "fetichismo" que envolve o óleo de palma certificado, sendo esse produto apontado como forma de amenizar as críticas de consumo no Norte Global (PYE, 2018).

O trabalho de Pye (2018) trouxe uma análise sobre como esse produto tem sido propagado como sustentável. Acrescenta que a monocultura por si só não é uma forma de produção

---

3 Última atualização em 18 de janeiro de 2018. Disponível em: Fonte:<<https://www.rspo.org/certification/certified-growers>>.

sustentável, haja vista que se expandem no sudeste asiático sobre áreas de florestas, diminuindo a biodiversidade e liberando CO<sub>2</sub>. Esse autor ressalta que a certificação da RSPO é apenas de caráter técnico-gerencial, englobando somente as áreas de plantações e usinas e não a paisagem como um todo, desconsiderando aspectos sociais como a diminuição da subsistência por parte dos pequenos produtores e lhes levando a endividamentos e a rendas inferiores a linha da pobreza do Asian Development Bank. A imposição de padrões ocidentais sobre as economias em desenvolvimento da Ásia também é criticada (AIKANATHAN et al., 2011).

No mais, há ainda o risco de a rede integrada global de provisão de óleo de palma poder ser prejudicada por atores envolvidos que perseguem seus próprios objetivos fora do quadro da RSPO, ou ainda a própria RSPO poder ser dividida em várias redes, cada uma com seus próprios princípios e entendimentos de sustentabilidade (OOSTERVEER, 2014).

Paralelamente a esses arranjos privados, também é bastante comum no Brasil a certificação ISO pelas empresas (*International Organization for Standardization*). Com o objetivo de ter preceitos globais, visa o comércio de bens e serviços, e apresenta diferentes normas e numerações que identificam as diferentes certificações em gestão de qualidade, ambiental, segurança alimentar, entre outras. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a responsável por garantir o padrão internacional.

Na cadeia produtiva do dendê, o grupo Agropalma se destaca nacional e internacionalmente como líder na produção de óleo de palma e gerenciamento de ciclos completos de produção de palma de óleo e seus derivados no Brasil. O grupo é composto pela Agropalma S.A. e pela Companhia Refinadora da Amazônia. O grupo é, ainda, reconhecido como um bom exemplo na promoção de sustentabilidade ambiental, por meio de tecnologias - que diminuem a quantidade de gases do efeito estufa (GEE) - e pela inclusão social - por meio de contrato de integração de agricultores familiares à produção de palma (LANGEVIN, 2011). O grupo é detentor de várias certificações ISO e é membro da RSPO.

O presente estudo revisou os compromissos de sustentabilidade declarados pela empresa, sua inserção no sistema de certificações e como estudos recentes avaliaram a performance socioambiental deste relevante player do óleo de palma no Brasil. A revisão incluiu estudos realizados nos últimos 16 anos (2002 a 2018). Para tal, a busca foi realizada utilizando-se o Google Acadêmico e o CAPES Periódico. Particularmente, analisou-se estudos focados nos impactos socioambientais do cultivo da palma de óleo no nordeste do estado do Pará, bem como em discussões sobre gestão ambiental e sustentabilidade agregada aos modos de produção. Neste trabalho foram revisados 45 documentos divididos em 25 artigos científicos, 13 publicações distribuídas entre relatórios, boletins, decreto de lei, dissertação e anais de eventos e sete publicações em livros e capítulos de livros.

## O CASO DA AGROPALMA

O grupo possui 12 certificados e selos expedidos por governos e entidades privadas, de atributos socioambientais a orgânicos, de padrões de qualidade a gestão ambiental<sup>4</sup>. Vale destacar que todo o grupo, incluindo a refinaria e outras operações a jusante, também estão

---

4 Ver: <http://www.agropalma.com.br/quem-somos/certificacoes>.

certificados de acordo com os padrões RSPO aplicáveis, sendo a primeira empresa no Brasil a possuir tal certificação<sup>5</sup>.

Desde o final dos anos 1990, a empresa brasileira pautou sua estratégia corporativa na internalização dos custos de adesão à regulação ambiental, social e trabalhista no Brasil, e acabou “emprestando” reputação ao RSPO, fundado por empresas, *traders* e processadores de palma asiáticos, em sua maioria, com passivo de desmatamento de florestas tropicais ao longo da cadeia produtiva (VEIGA; RODRIGUES, 2016).

A Agropalma também apoia os pequenos proprietários a receber a certificação RSPO na América Latina (BRITO, 2015) e contribui para que o Brasil tenha uma das maiores produções de dendê certificado pela RSPO, com aproximadamente 48% do volume de produção em 2012 (POTTS et al., 2014).

O grupo Agropalma lançou, até então, dois Relatórios de Sustentabilidade, um para o ano de 2013 e outro para o biênio 2014 e 2015, que demonstram o seu planejamento para os anos seguintes. Neles, declarou seu compromisso com os requisitos de seus clientes em relação à sustentabilidade e rastreabilidade; sua missão em continuar sendo uma referência mundial na produção e comercialização de óleo de palma sustentável e referência nacional na produção e comercialização de óleos e gorduras vegetais; e garante uma estratégia socioambiental de desmatamento zero e de conservação de florestas nativas<sup>6</sup>. Os relatórios ambientais de empresas são sempre bem vistos no mercado já que, via de regra, correspondem a uma declaração pública das intenções e da contabilidade dos feitos.

No entanto, alguns pesquisadores contrariam as declarações da empresa. Os padrões socioambientais elevados da Agropalma são apontados por Veiga e Rodrigues (2016) como uma forma de driblar a falta de poder de mercado e competir em nichos, atendendo a clientes mais exigentes, preocupados com a reputação negativa que paira sobre a produção de palma, conseguir preços mais elevados e dificultar a entrada de *traders* asiáticas na região. A procura de nichos de mercado pode estar associada ao cenário recente da produção de dendê no Brasil.

O território com as melhores condições edafoclimáticas para a produção de palma foi delineado pelo Zoneamento Agroecológico do Dendê para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal (ZAE-Dendê) realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) sob encomenda do Governo Federal (BRASIL, 2010). O nordeste do Pará fez o estado se destacar como maior produtor nacional. No nordeste paraense, aproximadamente 74 % de toda a área plantada de dendê no Pará se concentra na microrregião Tomé-Açu em conjunto com as mais proeminentes empresas: Agropalma, Biopalma, BBB, Marborges e Dentauá (SILVA; NAVGANTES-ALVES, 2017). Desde 2015, o setor da palma de óleo no Brasil cessou a sua expansão, não tendo atingido todo o potencial previsto pelo ZAE-Dendê. Fatores como a instabilidade política, condições econômicas e de mercado desfavoráveis, ineficiência de políticas de combustíveis e deficientes infraestruturas de transportes levantam preocupações quanto à competitividade e ao futuro do setor (BENAMI et al., 2018; BRANDÃO et al., 2018). No entanto, em 2016 a cadeia produtiva de palma recebeu novos incentivos fiscais via programa Pará 2030 e tem expectativas de alcançar uma área de produção de 381

5 Ver: <https://www.rspo.org/members/1/Agropalma-Group>.

6 Ver: <http://www.agropalma.com.br/arquivos/relatorios/2013>.

mil hectares, gerando aproximadamente 17 t/ha e uma receita média/ha de R\$ 4.535 (THE NATURE CONSERVANCY, 2017).

Em nível local, a influência do RSPO está ligada diretamente a área de atuação do grupo Agropalma, da empresa ADM e da Marborges, (os dois últimos são pequenos produtores, com menos de dez mil hectares de área plantada cada um). A Biopalma já iniciou ações para obter a certificação de 30 mil hectares localizados no município de Moju, com expectativas de conseguí-la ainda em 2018<sup>7</sup>. Com essa certificação, as empresas podem vender seus produtos a mercados premium.

Selfa et al. (2015) apontaram o interesse limitado por produtores e empresas no Pará na obtenção do padrão global (ou seja, certificação RSPO) e, conseqüentemente, sugerem que as iniciativas *multistakeholder* estão tendo pouco impacto na promoção da sustentabilidade na região. Além disso, os autores ressaltaram a existência de sérios desafios associados à supervisão e monitoramento de práticas de sustentabilidade em áreas remotas de produção, e recomendaram mais atenção ao acompanhamento e à avaliação tanto do governo quanto de atores não estatais.

Um incentivo adicional é o Selo Combustível Social, concedido aos produtores de biodiesel que utilizam oleaginosas produzidas por pequenos agricultores. De posse do selo, o produtor de biodiesel tem direito a incentivos fiscais e outros benefícios. A quantidade mínima de matéria-prima adquirida dos pequenos agricultores para obter os benefícios fiscais varia entre regiões. Para a região Norte é de 15%. Os contratos devem ser intermediados por representantes dos pequenos agricultores e a empresa produtora deve prestar assistência técnica e capacitação aos agricultores (SCHAFFER, 2012). Na análise das armadilhas do Selo Combustível Social, Schaffer et al. (2012) apontaram que alcançar o desenvolvimento sustentável nas regiões pobres do Brasil dependerá de estratégias de desenvolvimento mais amplas, a fim de promover a equidade e o desenvolvimento econômico para os pequenos agricultores, em vez de se basear em padrões e certificações orientados apenas para o processo produtivo.

Neste contexto, um fato relevante que também pode afetar a sustentabilidade em sua esfera social é que nenhuma empresa do segmento de palma está, atualmente, habilitada a participar dos leilões de venda de biodiesel da Agência Nacional de Petróleo (ANP) por não possuir o Selo Combustível Social<sup>8</sup>. A Agropalma começou a produzir biodiesel em 2005. No entanto, os baixos preços oferecidos nos leilões foram apontados como um desestimulante (LANGEVIN, 2011) e, por esse motivo, a empresa encerrou a produção de biodiesel em 2010.

Por outro lado, a Agropalma possui várias certificações de qualidade associadas à produção. Com um Sistema Integrado de Gestão (SIG), a empresa é detentora de certificados como o ISO 9001 (gestão de qualidade) e ISO 14001 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 (gestão de saúde e segurança ocupacional), ISO 22000 (gestão da segurança alimentar) e FSSC 22000 (gestão de riscos voltada à segurança dos alimentos).

Aqui cabe destaque para a ISO 14001 que especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Entre os elementos exigidos está uma política ambiental, o estabelecimento de objetivos e metas, o monitoramento e medição de sua eficácia, a correção de problemas

7 Ver: <https://biopalma.com.br/pdf/relatorio-sustentabilidade-2016.pdf>.

8 Ver: <http://dados.gov.br/dataset/pnpb>

associados à implementação do sistema, além de sua análise e revisão como forma de aperfeiçoá-lo, melhorando dessa forma o desempenho ambiental geral (SEIFFERT, 2017). De Vries et al. (2012) encontraram evidências de impactos positivos da adoção dessa norma em indicadores ambientais e de negócio dos mais variados setores ao redor do mundo. A adoção desta certificação pela Agropalma, certamente, gera compromissos e auditorias para manutenção do selo a longo prazo, o que é positivo. Todavia, Seiffert (2017) advogou que não existe garantia de que resultados ambientais excelentes sejam efetivamente alcançados.

Entre sua necessidade de ter lucro e seu compromisso com o meio ambiente, estudos indicam que a Agropalma conseguiu aprofundar seu trabalho para preservar as florestas nativas e a biodiversidade. Para esse fim, a empresa investiu em tecnologias e práticas agrícolas orgânicas para proteger o meio ambiente, aumentando o valor de mercado de seus produtos (LANGEVIN, 2011). Além disso, a empresa alega possuir 64 mil hectares de reserva florestal, em conformidade com a lei federal (AGROPALMA, 2015). A Agropalma trabalha com outras partes interessadas para monitorar e rastrear a biodiversidade de sua reserva florestal e lembra regularmente a sua força de trabalho e comunidade que criar, caçar, vender, prejudicar ou matar animais selvagens é ilegal (LANGEVIN, 2011). Essas reservas são importantes na conservação de espécies de aves ameaçadas globalmente (LEES et al., 2015), em especial ao se reconhecer as condições extremamente hostis à biodiversidade tropical nativa nas plantações convencionais de dendezeiros (LEES et al., 2015; MENDES-OLIVEIRA et al., 2017).

Na microrregião de Tomé-Açú, a empresa tem forte integração com agricultores familiares por meio de contratos (SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2017). Menezes et al (2014) verificaram forte grau de satisfação dos pequenos produtores que plantam dendezeiro em parceria com a Agropalma, com adoção de boas práticas produtivas. Houve, também, melhoria dos bens duráveis dos pequenos produtores que cultivam o dendezeiro em relação ao passado e os que não cultivam ao redor. Esses autores apontam, ainda, indícios de sustentabilidade econômica, proporcionando renda satisfatória para garantir o bem-estar de suas famílias. Além da renda, o interesse pela cultura está ligado aos aportes monetários regulares que ela permite, à assistência técnica e a organização do setor que facilita a comercialização (PIRAUX, et al., 2017).

Na percepção dos pequenos proprietários rurais integrados à Agropalma, o avanço da cultura do dendezeiro é vinculado ao desenvolvimento econômico devido à capacidade de gerar trabalho, emprego e renda; entretanto essa expansão tende a proporcionar diversas ameaças aos sistemas de produção local por comprometer a estabilidade dos pequenos produtores em relação ao seu vínculo com a terra, como: êxodo rural e perda de identidade e autonomia produtiva (SILVA et al., 2016).

A empresa se orgulha de ter conseguido, em janeiro de 2015, certificar 100% da produção externa de frutos, o que inclui a produção via agricultores familiares (AGROPALMA, 2015). Isso quer dizer que a produção advinda desses camponeses cumpre os Princípios e Critérios da RSPO.

O avanço do dendezeiro foi indicado como *driver* do desenvolvimento econômico e “loco-social” no Nordeste Paraense, a partir da agregação de valor da produção, via investimentos no setor de agroindustrialização dos óleos de dendê e palmiste, e da inserção da agricultura familiar no processo produtivo (SILVA et al., 2011). Esses autores advertiram que sua expansão poderá exercer pressão sobre a mata secundária (capoeiras), reduzindo-as ao longo do tempo

e levar ao desaparecimento de determinados processos produtivos locais (e.g. arroz, feijão, farinha de mandioca). A consequência imediata seria o favorecimento da elevação dos preços a nível local e regional devido ao efeito da oferta versus procura.

Outros estudos apontaram problemas na relação da Agropalma com produtores: descumprimento de cláusulas por parte da empresa; não atendimento às demandas dos agricultores; subordinação do agricultor em relação à empresa; baixo desempenho econômico com a dendeicultura; endividamento do agricultor com a empresa e com o BASA; assimetria nas relações contratuais em favor da empresa que se estabelece nas entrelinhas do contrato; acordos extracontratuais para o fetiche da boa renda e garantia do trabalho camponês no monocultivo de dendê (DROULERS et al., 2010; SANTOS, 2015; VIEIRA, 2015; FERREIRA et al., 2016; PIRAUX, et al., 2017).

Ferreira et al. (2016) verificaram que a expansão, com base na integração da agricultura familiar, está estruturada com base em cinco fatores socioeconômicos e ambientais com rebatimentos negativos na dinâmica do desenvolvimento local, segundo a percepção dos produtores integrados à Agropalma: governança da cadeia, sustentabilidade social, sustentabilidade ambiental, mudança climática e qualificação técnica. Os autores evidenciaram a incapacidade de tornar o dendê a alternativa socioeconômica e ambiental capaz de gerar emprego, renda e melhoria na qualidade de vida das populações locais.

Da venda dos frutos de dendê dos agricultores integrados à Agropalma, 25% são retidos para o empréstimo bancário, outros 25% para a Agropalma pelo adiantamento de custeios com fertilizantes e materiais, sobrando, de fato, 50% para a renda familiar. Se o empréstimo ao banco fosse pago integralmente, a renda familiar subiria para 75% das vendas (LANGEVIN, 2011). Considerando que a palmeira de dendê tem vida útil de aproximadamente 25 anos, que o financiamento tem sete anos de carência e é parcelado, no mínimo, por 14 anos (VIEIRA, 2015), estima-se que seriam necessários 21 anos para que a renda chegasse aos 75%.

O estudo de Vieira (2015) verificou que a integração entre agricultores e a Agropalma pode ser encerrada, caso haja vontade de uma das partes, antes dos 25 anos, desde que não haja mais dívidas, seja por parte do agricultor com o banco, ou do agricultor com a empresa, ou da empresa com o agricultor. Contudo, o adiantamento de custeio fornecido pela empresa leva ao “fetiche da boa renda” e ao endividamento acumulativo do agricultor, visto que será devidamente descontado do camponês integrado, embora não é claro quando e de que forma já que esse não é capaz de quitá-lo nas parcelas subsequentes (VIEIRA, 2015).

Outro fator negativo evidenciado foi à concentração de terras pelo agronegócio da palma por meio do cercamento de territórios tradicionalmente ocupados por quilombolas, indígenas e camponeses, através de variados mecanismos de apropriação da terra praticados por grandes empresas, dentre essas a Agropalma (ACEVEDO MARÍN; BACKHOUSE, 2014; SILVA et al., 2016). Silva et al (2016) depreenderam que o processo intenso de aquisição de terras empreendido pelas empresas Agropalma, Biopalma, Petrobrás Biocombustível, Galp Energia, Guanfeng Group e Marborges, que resultou na apropriação de 379.306,17 hectares, equivalentes a 16% do território dos municípios que compõem a microrregião de Tomé-Açu, vem ocorrendo em absoluto desacordo com a legislação que rege o mercado formal de terras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mudanças nas políticas socioambientais das empresas e dos padrões de certificação global sofreram reflexos da nova forma de consumir. Segundo Duarte e Malheiros (2014), “o que deve ser sustentável, por que, para que e por quanto tempo são questões-chave que possuem distintas respostas para diferentes atores-sociais, refletindo valores e interesses diversos”.

A RSPO, mesmo com suas falhas, incentivou seus associados a seguirem padrões mínimos estabelecidos. A Agropalma tem perseguido esses valores conquistando selos de qualidade e assumindo publicamente inteiradas vezes seus compromissos de sustentabilidade. Dada a importância da empresa no setor da produção de dendê e seus derivados- óleo de dendê, palma RBD (“Refined, Bleached and Deodorized”), óleo de palmiste, oleínas e esterínicas -, esta estará constantemente sob os holofotes e o escrutínio de avaliações. No entanto, a existência de um sistema robusto de sustentabilidade interessa a todos os atores da cadeia. As certificações e suas auditorias independentes são fundamentais para afastar o risco de que a alegada sustentabilidade na cadeia da palma não se transforme em uma panaceia apenas para vender produtos “verdes”. Também conhecido como “greenwashing”, indica a apropriação indevida das virtudes ambientais por parte de organizações ou pessoas mediante o uso de marketing. Não há, apesar de críticas, indícios consistentes de que este seja o caso da Agropalma.

As críticas apontadas à empresa em alguns aspectos da cadeia produtiva espelham a necessidade de aprimoramento pela empresa e também a dificuldade em atingir os altos padrões de sustentabilidade esperados. Conforme os estudos pesquisados, as maiores preocupações concentram-se nas relações da empresa com pequenos agricultores, onde parece haver grande necessidade de aprimoramento. Nesse quesito, tanto o esforço de melhoria da gestão interna da empresa quanto o monitoramento constante dos órgãos certificadores assumem papel chave. Estudos com proposições de soluções para os problemas reais, de forma interdisciplinar, inclusiva e participativa, também contribuiriam sobremaneira para o aperfeiçoamento do sistema.

## AGRADECIMENTO

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que apoiou a realização do presente trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARÍN, R.; BACKHOUSE, M. (Orgs.). Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Belém, *Boletim Informativo*, n. 9. A Guerra do Dendê. Set., 2014.

AGROPALMA. *Relatório de Sustentabilidade, 2015*. Disponível em <[http://www.agropalma.com.br/arquivos/relatorios/RelatorioSustentabilidade2015\\_Portugues-1474661322.pdf](http://www.agropalma.com.br/arquivos/relatorios/RelatorioSustentabilidade2015_Portugues-1474661322.pdf)>. Acesso em: 01 mar de 2018.

AIKANATHAN, S.; RAMU, S.; SUNDRAM, K.; SASEKUMAR, G. Case-study on sustainable agriculture: focusing on the Palm oil Industry. In: *Innovation and Sustainability Transitions in Asia*. Department of Economics, University of Malaya, Kuala Lumpur, 2011.

ANDRADE, R.M.T.; MICCOLIS A. *Policies and institutional and legal frameworks in the expansion of Brazilian biofuels*. Bogor, Indonesia: CIFOR Working Paper n. 71, 39 p., 2011. Disponível em: <<https://www.cifor.org/library/3509/policies-and-institutional-and-legal-frameworks-in-the-expansion-of-brazilian-biofuels/>> Acesso em: 09 out 2018.

BENAMI, E.; CURRAN, L. M.; COCHRANE, M., VENTURIERI, A.; FRANCO, R.; KNEIPP, J.; SWARTOS, A. Oil palm land conversion in Pará, Brazil, from 2006–2014: evaluating the 2010 Brazilian Sustainable Palm Oil Production Program. *Environmental Research Letters*, n. 13, 2018.

BOONS, F; MENDOZA, A. Constructing sustainable palm oil: how actors define sustainability. *Journal of Cleaner Production*, v. 18, nº 16–17, p.1686-1695. 2010.

BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. *Strengthening social inclusion within oil palm contract farming in the Brazilian Amazon*. CIFOR Infobrief, n. 207, 6 p., 2018. Disponível em : <<https://www.cifor.org/library/6849/integracao-da-agricultura-familiar-a-cadeia-da-palma-de-oleo-na-amazonia-brasileira-analise-e-recomendacoes/>>. Acesso em 09 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.172/2010. *Zoneamento agroecológico do dendê para as áreas desmatadas da Amazônia Legal (ZAE–Dendê)*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/)>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BRITO, M. *Palma de óleo no Brasil: decepção ou ainda existe esperança?* AgroIn Comunicação, 2015. Disponível em:<[www.agroin.com.br/noticias/3781/artigo-palma-de-oleo-no-brasil-decepcao-ou-ainda-existe-esperanca](http://www.agroin.com.br/noticias/3781/artigo-palma-de-oleo-no-brasil-decepcao-ou-ainda-existe-esperanca)>. Acesso em 09 out. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

DE VRIES, H. J; BAYRAMOGLU, D. K.; VAN DER WIELE, T. Business and environmental impact of ISO 14001. *Int. Journal Quality & Reliability Manag.*, v. 29, n. 4, p.425 – 435, 2012.

DIAS, R. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. 3 ed.- São Paulo: Atlas, 2017, 234 p.

DROULERS, M.; VENTURIERI, A.; MOURÃO, M.; THALÊS, M.; POCCARD, R. Le palmier à huile: un avenir pour l'Amazonie? *Confins*, n. 10. 2010.

DUARTE, C. G.; MALHEIROS, T. F. A avaliação de sustentabilidade e gestão ambiental. In: PHILIPPI JR, A; ROMÉRO, M. A; BRUNA, G. C (Eds.). *Curso de gestão ambiental*. 2 ed. Atual. e Ampl. Barueri, SP: Manoele, 2014, 1245p.

FERREIRA, V.A; SANTANA, A.C; RAVENA, N; OLIVEIRA, C.O. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 39, p. 173-188, 2016.

GATTO, M.; WOLLNI, M.; ASNAWI, R.; QAIM, M. Oil Palm Boom, Contract Farming, and Rural Economic Development: Village-Level Evidence from Indonesia. *World Development*, v. 95, p. 127–140, 2017.

HENDERS, S.; PERSSON, U. M.; KASTNER, T. Trading forests: land-use change and carbon emissions embodied in production and exports of forest-risk commodities. *Environ. Res. Lett.* 10, IOPscience, 2015.

MENEZES, A. J. E. A.; HOMMA, A. K. O.; SANTOS, J. C. dos; SENA, A. L. dos S; MONTEIRO, K. F. G. Integração grande empresa e pequenos produtores de dendzeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará. *Amazônia: Ci. & Desenv.*, Belém, v. 11, n. 21, jul./dez. 2015.

KOPONEN, T. Commodities, their life cycle, and industrial ecology. In: BOONS, F; HOWARD-GRENVILLE, J. (Eds.), *The Social Embeddedness of Industrial Ecology*, Edward Elgar, Cheltenham, 2009.

LANGEVIN, M, S. Social Inclusion, Environmental Sustainability, and Brazil's National Biodiesel Production and Use Policy: The Critical Case of Agropalma. *Renewable Energy Law and Policy Review*. v3, p. 223-232. 2011.

LEES, A.C.; MOURA, N.G.; ALMEIDA, A. S. de.; VIEIRA, I. C. G. Poor Prospects for Avian Biodiversity in Amazonian Oil Palm. *PLOS ONE*, v. 10, n. 5, 2015.

MACHADO, A. G. C; OLIVEIRA, R. L. de. Gestão ambiental corporativa. In: ALBUQUERQUE, J. L. (Org.). *Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2009, 326 p.

MCCARTHY, J.F; GILLESPIE, P; ZEN, Z. Swimming upstream: local Indonesian production networks in “globalized” palm oil production. *World Dev*, v. 40, p. 555-569. 2012.

MENDES-OLIVEIRA, A. C.; PERES, C. A.; MAUE´S, P. C. R. A.; OLIVEIRA, G. L.; MINEIRO, I. G. B.; MARIA, S. L. S. de; LIMA, R. C. S. Oil palm monoculture induces drastic erosion of an Amazonian forest mammal fauna. *PLoS ONE*, v. 12, n.11, 2017.

NOBRE, M. “Crescimento econômico” versus “preservação ambiental”: origens do conceito de desenvolvimento sustentável. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. (Eds.). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. 1 ed. Brasília: Ibama, 2002, p. 368.

NIKOLLOYUK, J.; BURNS, T.R.; MAN, R. de. The promise and limitations of partnered governance: the case of sustainable palm oil. *Corp. Gov.*, v.10, p. 59-72, 2010.

OOSTERVEER, P. Promoting sustainable palm oil: viewed from a global networks and flows perspective. *Journal of Cleaner Production*, p. 1-8, 2014.

PIRAUX, M.; RAPIAU, J.; TIMONE, E. Percepção dos atores locais sobre a cultura do dendê na agricultura familiar na Amazônia oriental brasileira. *Agricultura família: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento – RAF*, Belém, v. 11, nº2, p. 57-70, 2017.

POTTS, J.; LYNCH, M.; WILKINGS, A.; HUPPE, G.; CUNNINGHAM, M.; VOORA, V. *The state of sustainability initiatives review 2014: standards and the green economy*, Int. Inst. Sustain. Dev., 2014. 354 p.

PYE, O. Deconstructing the roundtable on sustainable palm oil. In: R. Cramb & J. McCarthy (Eds.), *The Oil Palm Complex: Smallholders, Agribusiness and the State in Indonesia and Malaysia*, pp. 409–441. Singapore: NUS Press. 2016.

PYE, O. Commodifying sustainability: Development, nature and politics in the palm oil industry. *World Development*. Available. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.02.014>>. Acesso em: 28 set de 2018.

RSPO. Roundtable on Sustainable Palm Oil, “*RSPO Principles and Criteria for Sustainable Palm Oil Production*”, 2013, Disponível em: <[http://www.rspo.org/files/resource\\_centre/RSPO%20Principles%20&%20Criteria%20Document.pdf](http://www.rspo.org/files/resource_centre/RSPO%20Principles%20&%20Criteria%20Document.pdf)>. Acesso em: 01 mar de 2018.

SANTOS, C. B. dos. *Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia paraense: uma análise do município de Moju*/ Cleison Bastos dos Santos. 1 ed. – Ananindeua: Itacaiunas, 2015.

SCHOUTEN, G; GLASBERGEN, P. Private Multi-stakeholder Governance in the Agricultural Market Place: An Analysis of Legitimization Processes of the Roundtables on Sustainable Palm Oil and Responsible Soy. *International Food and Agribusiness Management Review (IFAMA)*, v. 15, Special Issue B, 2012.

SEURING, S; MÜLLER, M. From a literature review to a conceptual framework for sustainable supply chain management. *Journal of Cleaner Production*, v. 16, p. 1699-1710. 2008.

SEIFFERT, M. E. B. *ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica*. 5 ed.- São Paulo: Atlas, 2017, 270 p.

SELFA, T; BAIN, C; MORENO, R; EASTMOND, A; SWEITZ, S; BAILEY, C; PEREIRA, G.S; SOUZA, T; MEDEIROS, R. Interrogating Social Sustainability in the Biofuels Sector in Latin America: Tensions Between Global Standards and Local Experiences in Mexico, Brazil, and Colombia. *Environmental Management*, v.56, p.1315–1329. 2015.

SCHAFFER, S.; HERRERA, S.; OBERMAIER, M.; LÈBRE LA ROVERE, E. Can family farmers benefit from biofuel sustainability standards? Evidence from the Brazilian social fuel certificate. *Biofuels*, v.3, 725-736 p., 2012.

SILVA, F. L.; HOMMA, A. K. O E PENA, H. W. A. O Cultivo do dendezeiro na Amazônia: Promessa de um novo ciclo econômico na região. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, 2011. Disponível em: < <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>>. Acesso em 06 nov. 2018.

SILVA, F. L.; OLIVEIRA, F. A.; AMIN, M. M.; CAROLINA MACHADO BRAGA, C.M. Dinâmica do avanço do monocultivo do dendê no município de Moju-PA: desenvolvimento e contradições, In: 54 *SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Anais...*, Universidade Federal de Alagoas- UFAL, Maceió, AL, 2016.

SILVA, E. M da; NAVEGANTES-ALVES, L. A ocupação do espaço pela dendeicultura e seus efeitos na produção agrícola familiar na Amazônia Oriental. *Confins*, Revista francobrasileira de geografia, n 30, 2017.

SILVA, E. P. da; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. A. de. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. *Campo Território: revista de geografia agrária*, vol. 11, Edição especial, jun., 2016. p. 165-195.

VEIGA, J. P. C; RODRIGUES, P. C. arenas transnacionais, políticas públicas e meio ambiente: o caso da palma na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XIX, n. 4, 2016.

VIEIRA, A. C. C. *A integração camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas)- Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, 2015.